



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANA CLÁUDIA DE SOUSA LINS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: O DITO E O REALIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR**

**CAJAZEIRAS – PB,  
2015**

**ANA CLÁUDIA DE SOUSA LINS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: O DITO E O REALIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Professora Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Edinaura Almeida de Araújo

**CAJAZEIRAS – PB,  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

L759e Lins, Ana Cláudia de Sousa  
O Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: O Dito e o Realizado no Cotidiano Escolar. / Ana Cláudia de Sousa Lins. Cajazeiras, 2015.  
62f.  
Bibliografia.

Orientador (a): Profª. Ms. Edinaura Almeida de Araújo.  
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História da África - Ensino Fundamental. 2. Valores - Formação. 3. África. 4. Cultura Africana. 5. Formação de Professores. I. Araújo, Edinaura Almeida de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 94 (6) : 373.3

**ANA CLÁUDIA DE SOUSA LINS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: O DITO E O REALIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR**

Monografia aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. **Ednaura Almeida de Araújo** – Orientador  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Risomar Alves dos Santos** – 1º Examinador Titular  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof<sup>a</sup>. **Maria Rosimar Gomes dos Santos Rodrigues** – 2º Examinador Titular  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. **Maria Janete de Lima** – 1º Examinador Suplente  
Universidade Federal de Campina Grande

*Este trabalho é dedicado à minha família,  
responsáveis pela formação de minha  
alma negra e pelas lições de resistência  
que me transmitiram.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo fortalecimento grandioso, para a continuação significativa da minha caminhada.

À Professora Orientadora Ms. Edinaura Almeida de Araújo, por toda a atenção e paciência na elaboração deste trabalho.

As Professoras Dr<sup>a</sup>. Risomar Alves dos Santos, Maria Rosimar Gomes dos Santos Rodrigues e Ms. Maria Janete de Lima, pela aceitabilidade para contribuir neste trabalho.

A toda minha família materna e paterna, em especial minha mãe Maria Auxiliadora, meu pai Valdecy, minhas irmãs Cícera e Ana Carolina e meus irmãos Cláudio e Arthur (irmão de coração), meu cunhado Josimar (irmão de coração) e meu namorado Lucas Sales, pelo carinho e amor de todos.

À Escola e as Professoras do 1º ao 5º ano, pelo acolhimento e participação na pesquisa.

A todos os Professores e Professoras do curso de Licenciatura em Pedagogia do CFP/UFCG, em especial aqueles que caminharam junto comigo no decorrer da minha formação acadêmica, sendo importantíssimos para aumentar meus conhecimentos.

Aos meus amigos e amigas de sala, bem como aqueles de outras salas, além dos meus amigos e companheiros que tenho fora da Universidade.

Assim, agradeço a todos que me apoiaram para o êxito dessa conquista, que comigo caminharam no dia-a-dia e que além da amizade, deram-me contribuições significativas para a finalização deste trabalho.

*Muito Obrigado!*

**Ana Cláudia de Sousa Lins**

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”*

*(NELSON MANDELA)*

## RESUMO

O presente trabalho que tem como tema o Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: O dito e o realizado no cotidiano escolar, é resultado de uma pesquisa realizada em uma escola da rede pública de ensino com professoras do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, coletada através de um questionário. Tivemos como objetivo geral analisar o ensino da História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como instrumento de formação e valorização dos educandos. Como objetivos específicos compreender a importância do estudo da Cultura Africana nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, refletir sobre as contribuições culturais do africano para o povo brasileiro e reconhecer a importância da formação docente sobre a História da África para uma atuação que atenda as propostas curriculares, bem como da sociedade. Estando em pleno século XXI e percebemos que a sociedade ainda demonstra ser propagadora de preconceito e exclusão ao povo negro, diante disso percebemos a razão da necessidade da escola quebrar com as barreiras preconceituosas que a cerca, e trabalhar um Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para a compreensão de valores africanos, assim, a escola da compreensão dos grandes valores do povo negro possa acontecer uma grande mudança em atitudes das pessoas com relação ao tratamento as pessoas negros, para que possamos nos aproximar de uma sociedade melhor, voltada a atitudes de igualdade. Assim, percebemos que a escola por não está trabalhando a Lei 10.639/03 como ela é pensada para ser tratada na educação, vem reforçando de forma despercebida na educação dos seus alunos, o preconceito aos negros.

**PALAVRAS-CHAVE:** África. Formação do professor. Ensino. Valores.



## ABSTRAT

The present work which has the theme the Teaching of the African History in the Early Years of Elementary Education: The work done in school life is the result of research conducted at a school of public system with teachers from 1st to 5th of Elementary School, collected through a questionnaire. We had as main objective to analyze the Teaching of African History in the Early Years of Elementary Education as an instrument of formation and enhancement of students. As specific objectives understand the importance of the study of African Culture in the Early Years of Elementary Education, reflect about the cultural African contributions to the Brazilian people and recognize the importance of teacher training about the History of Africa for a performance that meets the curriculum proposals as well as society. Standing in the XXI century and we perceived that society still shows to be propagator of prejudice and exclusion to black people, in front that. I perceive the reason of the need of the school to break the prejudiced barriers, and work a Teaching of African History in the Early Years of Elementary Education for understanding of African values, so the school from the understanding of the great values of black people can happen a big change in people's attitudes in relation to treatment of black people, for we can approximate a better society, focused on equal attitudes. Thus, we see that the school is not working for the Law 10.639/03 how it is thought to be treated in education, has been strengthening in a manner unnoticed in the education of their students the prejudice to blacks.

**KEYWORDS:** Africa. Teacher training. Teaching. Values.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. O ENSINO DE HISTÓRIA E RECONFIGURAÇÃO DE CONCEITOS.....</b>	<b>15</b>
1.1. CONSOLIDANDO O ENSINO DE HISTÓRIA: RESISTÊNCIA, INTERFERÊNCIA E INOVAÇÃO.....	15
1.2. O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E A LEI 10.639/03.....	18
1.3. REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS POSITIVOS DA LEI 10.639/03.....	20
1.4. VALORES AFRICANOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA....	24
<b>2. O QUE SABEMOS SOBRE A ÁFRICA?.....</b>	<b>29</b>
2.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DA DIVERSIDADE..	29
2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O QUE SABEMOS SOBRE A ÁFRICA?.....	32
2.3. DIVERSIDADE ÉTNICORRACIAL NA SALA DE AULA.....	34
2.4. A ESCOLA COMO MEDIADORA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	36
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>4. O DITO E O REALIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR: ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental assegurado pela Lei 10.639/03, vem tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira na sala de aula do Ensino Fundamental e Médio de escolas brasileiras. Para que através do ensino e discussão desse tema, os alunos possam conhecer, de forma positiva, a sua própria história, como também a história daqueles que contribuíram na construção e formação da nossa sociedade.

É nesse sentido, que percebemos a necessidade dos alunos conhecerem a história dos afrobrasileiros e africanos seus aspectos culturais, sociais e religiosos para compreenderem os valores que os povos negros têm. Desta forma, é necessário que seja trabalhada no âmbito escolar histórias de um povo que ainda desconhecemos, para que através de novos conhecimentos possam formar novos conceitos. Compreendendo que o Brasil é um país formado por diferentes povos, que trazem consigo grande diversidade de cores, de culturas e costumes poderemos romper com o preconceito através de uma educação que proporcione esses conhecimentos.

A proposta de programar no currículo escolar o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira é uma maneira de fazer com que as pessoas se respeitem. Para que a escola possa realmente formar cidadãos, que através desse ensino, possa levar professores e alunos a refletirem sobre situações de preconceito e racismo e assim possam mudar para uma nova ação, onde possa ver que todos são iguais.

Trabalhar na sala de aula com todos os alunos a História dos Africanos e Afrobrasileiros, de forma a discutir os seus valores, é uma maneira de aproximar os negros dos não negros, uma proposta de acabar com as relações de preconceito entre os povos, procurando sensibilizar para mudar.

A escolha do tema proposto para elaboração deste trabalho se deu pela minha percepção de que o preconceito contra o negro ainda está bem presente na sociedade brasileira, e a escola, como um dos principais espaços de educação, precisa refletir sobre o ensino de História da África, para que possamos transmitir e discutir com os alunos valores africanos ainda não conhecidos e trabalhados no âmbito escolar.

Nesse sentido, a escola, que é tida como um dos maiores espaços de aprendizagem e de formação do ser humano, precisa dar ênfase ao Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira. Um ensino que não seja de forma fragmentado, trabalhado apenas em datas comemorativas, mas que seja apresentado de forma mais significativa, para que os alunos possam ter uma maior compreensão e um maior conhecimento dos valores africanos e afrobrasileiros.

Vendo a resistência em muitas escolas para trabalhar esse tema e as atitudes racistas e preconceituosas de muitos brasileiros para com povos negros, ainda no século XXI, é que propus discutir no decorrer deste trabalho o ensino da História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para uma compreensão de valores africanos. Esperamos que o ensino dessa temática não se restrinja apenas ao conhecimento de mapas e a história dos europeus na África, mas sim, propague na sala de aula uma história com todos seus conflitos.

Mostrar a história do povo Africano que é também do nosso povo, que para ser compreendido só será possível a partir do seu conhecimento. Nesse sentido questionamos: A História da África é trabalhada na sala de aula de forma a levar os alunos a compreenderem os seus valores culturais e históricos? Compreendemos que, muitas vezes, o ensino de História da África é trabalhado de forma fragmentada, enfatizando a representação de mapas e rotas de comércio, não levando em conta valores culturais e históricos.

Para uma nova abordagem desse tema nos colocamos diante desse questionamento para que, através do desenvolvimento desse trabalho, possamos conhecer de que forma acontece o ensino de História da África na sala de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, procurando saber que valores africanos são discutidos no âmbito escolar.

É preciso falar no âmbito escolar sobre um ensino de História da África que não está nos livros didáticos ou que pouco aparece, mas que com reflexão e debate é possível compreender e valorizar esse povo tão importante para a formação do nosso país.

No Brasil as pesquisas revelam um país de maioria negra, e também a persistência de atitudes de desrespeito a essa população e apesar da aprovação de Leis como a 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas salas de aula, ainda persiste um racismo disfarçado. Vemos

também a resistência para trabalhar essa temática, reforçando, assim o preconceito existente, principalmente entre gestores e professores que relutam em incorporar novos conteúdos e metodologias que modifiquem tais práticas.

Pesquisar essa temática é de grande importância, pois em pleno século XXI pessoas, de maioria negra no Brasil, ainda encontram-se nas piores condições de vida, falta-lhes oportunidades de trabalho e de educação. A escola precisa rever suas práticas pedagógicas em relação a essa temática, para que assim o negro possa desde primeiros anos de vida sentir-se valorizado, independente de suas raízes culturais e sociais.

Nesse sentido, elencamos como objetivos analisar o ensino da História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como instrumento de formação e valorização dos educandos; Compreender a importância do estudo da Cultura Africana nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Refletir sobre as contribuições culturais do africano para o povo brasileiro e reconhecer a importância da formação docente sobre a História da África para uma atuação que atenda as propostas curriculares, bem como da sociedade.

Dessa forma, buscamos aprofundar a temática através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, que subsidiou as informações obtidas em uma escola Pública do Município de Cachoeira dos Índios – PB, por meio de um questionário aplicado a cinco (5) professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, disserta-se a respeito do ensino de História e reconfiguração de conceitos, em que elencamos sobre as mudanças de conceitos e significados que essa disciplina percorreu a partir do momento que foi inserida no currículo escolar, em seus conteúdos e metodologias por conta do tempo e política de cada tempo que percorreu. No segundo capítulo, trazemos uma discussão sobre o que sabemos sobre a África, fazendo uma abordagem da formação do professor quanto ao que compreendem e refletem a cerca da importância de trabalhar essa temática na sala de aula, para a formação de seus alunos. No terceiro capítulo, trazemos os procedimentos metodológicos, informando os passos da realização da pesquisa bem como da realização do trabalho. E no quarto capítulo enfatizamos o dito e o realizado no cotidiano escolar: analisando os dados da pesquisa, fazendo uma discussão com os autores e com as falas das professoras em relação como vem

acontecendo o ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como as propostas curriculares para se trabalhar essa temática na sala de aula assegurada pela Lei 10.639/03.

Concebe-se, portanto que dialogar sobre como vem sendo realizado o ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, traçando sobre o que é dito e o que é realizado no cotidiano da sala de aula de uma escola da rede pública de ensino localizada na zona rural da cidade de Cachoeira dos Índios-PB, a fim de investigar um tema tão pertinente a formação do povo brasileiro, realizado através de estudos de autores como Arruda (2006), Berutti e Marques (2009), Bittencourt (2008), Gomes (2010), Mattos (2010), Pereira (2010), Silva (2005), Tardif (2010), entre outros.

## 1. O ENSINO DE HISTÓRIA E RECONFIGURAÇÃO DE CONCEITOS

### 1.1 CONSOLIDANDO O ENSINO DE HISTÓRIA: RESISTÊNCIA, INTERFERÊNCIA E INOVAÇÃO.

A disciplina de História presente no currículo das diferentes etapas de nosso aprendizado como fonte de muitos conhecimentos do nosso lugar, do nosso país, como também em âmbito geral de todo o mundo, ainda carrega o estigma de uma disciplina decorativa e sem significado para o aluno. Dessa forma, é importante destacarmos que essa disciplina passou a ser estudada e inserida no contexto escolar por volta do século XIX, ao longo dos anos sofreu influência de diversas concepções e métodos de ensino, e ainda nos dias atuais, sofre interferências e resistências em seus conteúdos e metodologias, passando por diferentes mudanças e contextos, tendo em sua perspectiva histórica grande diferenciação das concepções de ensino, relativas às características sociais e políticas de cada tempo.

Assim consideram-se três momentos fundamentais dessa disciplina no Brasil. No primeiro momento Berutti e Marques destacam a sua constituição:

No século XIX, momento da constituição de uma “história nacional”, com forte influência de modelos hegemônicos do ensino dessa disciplina na França, num contexto de laicização da sociedade que tinha por objetivo retirar da História seu caráter sagrado (2009, p. 107).

É importante destacar que durante esse século o ensino de História sempre esteve no currículo escolar “variando de importância no período que vai do século XIX ao atual” (BITTENCOURT, 2008, p.60). Neste primeiro momento, as mudanças ocorridas no ensino de História advinham do desejo de retirar as influências religiosas, ou seja, voltadas para a catequização dos alunos, passando a orientar a formação de uma identidade nacional. Nessa perspectiva de mudança, Bittencourt destaca ainda os temas que eram discutidos ou apresentados nesta época:

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitassem a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. [...] a proposta de ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, [...] (2008, p. 61).

Assim a escola nesta época era considerada como um lugar de “ler, escrever e contar” e o ensino de História dava-se através da leitura dos textos relativos à Constituição do Império, como também a História do Brasil, não havia obrigatoriedade era, portanto, uma disciplina optativa, podendo ou não ser trabalhada, ou seja, não tinha tanta ênfase como português e matemática, sendo até hoje pensada assim por muitos professores como uma disciplina sem importância para ser trabalhada, discutida e compreendida. O objetivo então era de formar o cidadão conhecedor da sua Nação, compreendendo o seu lugar e a sua posição na sociedade, ou seja, não existia a concepção de mobilidade social (BITTENCOURT, 2008).

Desse modo, com as mudanças desse ensino, com a abolição dos escravos e o aumento da população decorrente do processo de imigração, por volta do final da década de 80 do Século XIX, aumenta o número de pessoas que necessita dessa formação e dos aspectos da educação moral e cívica, aumentando assim o número de pessoas para a escola preocupar-se. Neste contexto Bittencourt enfatiza que,

O ensino de História na escola primária precisava assim integrar setores sociais anteriormente marginalizados no processo educacional sem, contudo, incluir nos programas curriculares a participação deles na construção histórica da Nação (2008, p. 64).

A escola passou a incluir um número maior de pessoas na perspectiva de uma formação cidadã para a atuação na sociedade, mas não enfatizava a contribuição de todos para a construção da nação, em seu aspecto cultural, religioso, político e social. Nesta época os alunos aprendiam que somente um povo e uma cultura influenciaram e contribuíram para a formação da Nação, que é a Cultura branca, permanecendo essa valorização até os dias de hoje, e os demais, considerados inferiores.

Ainda na perspectiva das mudanças do ensino de História quanto aos três momentos considerados fundamentais, Berutti e Marques elencam como segundo momento:

Nas décadas de 1930 e 1940, momento de uma intervenção mais normativa do Estado e de constituição das faculdades de filosofia brasileiras. A partir



de então o Estado passa a determinar, de forma contundente, as diretrizes políticas e ideológicas do ensino de História (2009, p. 107).

No decorrer dessas mudanças, o ensino de História como fonte de interesse a ser repassado para os alunos ganha novos significados, como afirma Bittencourt:

[...] os conteúdos básicos da História da Pátria: a riqueza e a beleza da terra, das matas e rios, o clima, a gente mestiça risonha e pacífica, a história dos portugueses, representantes da civilização, e a cristianização, que possibilitou uma moral sem preconceitos (2008, p. 65).

Nesse momento, eram discutidos temas nas escolas que levassem os alunos a perceberem a beleza do seu país, a ser defensor e servidor da Pátria, como também aprendia-se a inferiorização dos demais povos, exaltando os povos brancos, descendentes dos Portugueses.

O ensino de História elevou a classe branca como detentora de todo o saber e os demais como indígenas e afrobrasileiros, como pessoas desprovidas de conhecimentos. Essa concepção intensificou o preconceito em relação à diversidade de povos existentes no Brasil.

E o terceiro momento que marcou as maiores mudanças no ensino de História, segundo Berutti e Marques:

Na década de 1980, durante a qual houve um processo de resistência ao Estado ditatorial implantado em 1964, cujo autoritarismo se tornou mais acirrado a partir de 1968. Em 1978, com o fim do Ato Institucional nº 5, e, em 1979, com a anistia, teve início a chamada “abertura política”. Já em 1984, a campanha das “Diretas Já” tomou conta do país e, apesar da Emenda Dante de Oliveira ter sido derrotada no Congresso Nacional, evidenciou-se o “divórcio” entre a ditadura militar e a sociedade civil. É neste contexto de resgate da cidadania que mudanças significativas ocorreram no ensino de História. É interessante ressaltar que durante esse período se verificou um controle asfixiante da censura que impediu avanços expressivos no ensino de História. Foram introduzidas disciplinas de cunho conservador, como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que vieram acompanhadas de uma progressiva desqualificação e desvalorização profissional do professor de História e do esvaziamento do sentido crítico da disciplina (2009, p.107-108).

Compreende-se que este foi um momento marcante para a história do nosso país com ênfase também para a História da Educação no Brasil. E o ensino de

História no bojo dessas mudanças passou a ter um objetivo definido, considerando a formação dos alunos, um ensino que fosse capaz de tornar o sujeito autônomo e construtor de seu conhecimento, a partir da reflexão dos dados e fatos históricos.

No final do século XX, a Educação assim como o ensino de História passou por mudanças, vivenciando diferentes concepções formadoras de nossa cidadania, ou seja, com o objetivo de formar cidadãos capazes de perceber os problemas sociais em diferentes espaços. Dessa forma, a disciplina História passa por uma nova configuração, inovando conceitos, conteúdos e métodos, visando uma formação de sujeitos críticos, com capacidade de intervir para a formação de uma sociedade justa. Nesse contexto, o ensino da História da África passa a integrar o currículo escolar com conteúdos que abordam a formação do povo brasileiro e a cultura africana, tornando-se essenciais para uma nova visão da formação e dos costumes do povo brasileiro.

## 1.2 O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E A LEI 10.639/03

O Brasil é um país com uma grande diversidade de povos, de cultura e raças, como destaca Gomes:

Em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (2010, p. 70).

Vivemos em uma sociedade marcada por uma formação social e cultural que carrega costumes e saberes de diferentes povos e culturas. E como destaca a autora acima, essa formação multicultural exige uma nova concepção no sentido de ter uma sociedade que prima pelo bem estar e desenvolvimento dos cidadãos, sem distinção de raça ou costumes.

Segundo dados apresentados no Guia de estudo 2 do IBE (Instituto Brasileiro de Ensino) o Brasil, mesmo sendo o segundo país de maioria negra, ficando atrás apenas da Nigéria país do continente africano, tende a inferiorizar essa sua maioria de afrobrasileiros, uma maioria que forma a nossa sociedade e embora seja vítima

de muitos preconceitos e desvalorização, caracteriza e se destaca pela sua história de luta e persistência. Nessa perspectiva, é necessário um amplo conhecimento de sua história para desmistificar e superar o preconceito. Diante dessa visão, Pereira destaca:

A lei 10639/03 vem, igualmente, na esteira do complexo processo de democratização do país, acompanhada de uma consciência de desigualdades históricas perpetradas contra populações e pessoas afro-descendentes. Seu conteúdo e transformações que dela decorrem produzem uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania do país e a crescente compreensão da necessidade do enfrentamento do racismo, em suas diversas faces e diferentes esferas da vida social – sobretudo no âmbito da escola (2010, p. 170).

A implementação da Lei 10.639 surge através de lutas encampadas pelos movimentos negros, como também de outros movimentos sociais que buscam a superação do racismo no Brasil. Para que haja uma verdadeira democracia no país é preciso que as pessoas sejam tratadas iguais, em relação às diferenças de cor, tanto no âmbito social como no âmbito escolar, este último pela sua caracterização como lugar de formação de cidadãos.

Nessa perspectiva, a escola como formadora de pessoas capazes de se relacionarem bem, uns com os outros, independente de suas características físicas ou sociais precisa difundir na sociedade uma nova concepção de valores. Os movimentos que lutam contra o racismo esperam que a escola seja um espaço de formação antirracista, que tenha como foco principal representar o negro no espaço escolar, de forma positiva, favorecendo conhecimentos que não são trazidos para o nosso aprendizado, para que os educandos possam verdadeiramente conhecer o povo negro com características positivas, que não são enfatizadas para sua valorização.

O negro, como o português fazem parte da construção do nosso país e da formação do povo brasileiro, ou seja, são povos partícipes dessa construção e para que esse preconceito seja desfeito será necessário, como afirma Gomes:

Maior conhecimento das nossas raízes africanas e da participação do povo negro na construção da sociedade brasileira haverá de nos ajudar na superação de mitos que discursam sobre a suposta indolência do africano escravizado e a visão desse como selvagem e incivilizado. Essa revisão

histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e /ou fadadas ao sofrimento e à miséria (2010, p. 72).

Compreendendo a formação do nosso país como de maioria negra, afrodescendente, que contribui significadamente para a construção do nosso país, em diversos setores como na economia, na cultura e na política, vemos a importância desse estudo para o conhecimento de uma história de valorização do povo afrodescendente.

Assim, propagar na sala de aula um ensino que aponte através das discussões em sala de aula os valores dos afrodescendentes, elencando aspectos importantes capazes de desmistificar uma história, que por muito tempo veio perpassando pela nossa sociedade a respeito de uma história de inferiorização do povo afrodescendente, sendo até os dias de hoje ainda desvalorizados por muitos na sociedade brasileira.

### 1.3. REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS POSITIVOS DA LEI 10.639/03

Em 09 de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639, que torna obrigatório, na sala de aula de escolas públicas e privadas, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa Lei é parte da alteração da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que a partir de 2003 foi acrescida dos seguintes artigos: 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação artística e de Literatura e História Brasileiras (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (Incluído pela Lei 10.639, de 09/01/2003) (BRASIL, 1996).

Através desta Lei tem-se a possibilidade de ter na sala de aula da Educação Básica conteúdos voltados às relações étnicorraciais, capaz de romper com o preconceito presente na sociedade. A Educação apresentada na sala de aula, com relação a essa temática, mesmo que de forma obrigatória, é capaz de viabilizar mecanismos de intervenção para desmistificar conceitos arcaicos e preconceituosos, fruto do desconhecimento da verdadeira história do país.

A implementação da Lei 10.639 torna obrigatório ensinar para o conhecimento, a compreensão e a valorização da cultura afrodescendente. Através da introdução desse conteúdo pode-se promover uma mudança na concepção vigente. De acordo com Pereira:

A publicação da Lei 10.639 ocorre num contexto educacional mais abrangente, marcado pelas transformações advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, em que se afirmaram modificações educacionais importantes como a flexibilização curricular, a consciência do valor da inclusão e da diversidade na educação e a reafirmação da autonomia docente (2010, p.169).

Essa Lei posta para a Educação promove uma mudança de atitude e uma rearticulação curricular para a formação do educando, que objetiva trazer para o espaço escolar conhecimentos da África e dos africanos. Para que forme um novo ser humano que viverá em harmonia, respeitando o outro pela sua diferença de cor. Contudo, essa Lei por si só não será suficiente, é necessário que os professores adotem uma nova postura, assumam um compromisso de lutar pela causa e, conseqüentemente, articulem estratégias para a realização de um amplo trabalho para a valorização da cultura africana. Nesse sentido Gomes ressalta que:

Uma lei de tal força política e pedagógica faz parte de um processo mais amplo de mudança estrutural na escola. Por isso, estamos desafiados a tratar a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica com o mesmo profissionalismo e seriedade com que tratamos as outras discussões, temas e questões sociais, políticas e históricas presentes no campo educacional e escolar (2010, p. 87).

É necessário que a escola adote, não só de forma obrigatória, o disposto na Lei 10.639, mas que seja trabalhada de forma positiva e prazerosa, como qualquer outro tema na sala de aula. Que seja tratado de forma motivadora e significativa, ou seja, que os professores possam trabalhar com a mesma motivação que trabalham as outras disciplinas e conteúdos, pois é preciso compreender que a Lei por si só não fará mudanças, se essa modificação não estiver na prática docente.

É preciso perceber que os afrodescendentes tiveram a sua cultura, os seus costumes, a sua religiosidade, excluída dos saberes e das manifestações sociais por preconceito de cor. Atualmente busca essa oportunidade através da sala de aula e da prática docente, possibilitando conhecimento da História e Cultura Africana e Afrobrasileira, o que desmistifica conceitos e rompe com preconceitos ainda enraizados na prática social de muitos brasileiros. Dessa forma Arruda, afirma que é preciso:

Propor o reconhecimento da Lei 10.639/2003, para que crianças, adolescentes, jovens e adultos possam se aproximar da realidade histórica, artístico-cultural, da culinária, das manifestações religiosas, do legado africano, é urgente nos espaços escolares. Desde a Formação Continuada de professores, aos “quefazeres” pedagógicos (2006, p. 25).

Como afirma o autor é preciso levar para os espaços escolares a oportunidade, para que seus alunos independentemente da sua idade possam conhecer a História e Cultura Africana e Afrobrasileira, que faz parte da nossa cultura, entrelaçada em diferentes aspectos. É preciso, também, que os professores adquiram esses conhecimentos no processo da sua formação, seja ela básica e/ou continuada, pois não terá como o professor fazer um bom trabalho na sala de aula, com essa temática, se não investir em sua formação.

Trabalhar essa temática faz parte, do processo de preparação do próprio professor e é preciso saber como ele a vê e compreende. De acordo com Arruda:

Nessa interação, construção política-pedagógica das escolas brasileiras, com o objetivo de implementação conjunta dessa Legislação, Lei 10.639/2003, estaremos ajudando a minimizar as dificuldades e os preconceitos ainda impostos pela sociedade quanto ao legado Africano e a consolidar a construção de uma luta anti-racista, bem mais sólida para a sociedade brasileira (2006 p. 26).

A Lei 10.639 vem trazer, para o âmbito escolar, a oportunidade de oferecer o conhecimento da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, propondo mediar o processo educativo para romper com o preconceito existente, pois se acredita que a partir do momento que as pessoas tomem conhecimento da história positiva desse povo e que sempre foi visto e apontado como inferior, será o momento chave para a compreensão dos valores e da cultura dos africanos e afrodescendentes. Nessa afirmativa Gomes também destaca que:

A Lei 10.639/03 faz parte das políticas de ação afirmativa. Estas têm como objetivo central a correção de desigualdades, a construção de oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico-raciais com um comprovado histórico de exclusão e primam pelo reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade desses segmentos (2010, p. 79).

A proposta e resultado de muitas lutas promovidas pelos movimentos sociais na busca por respeito e a escola, como espaço de aprendizagem e ambiente de diversidade e igualdade, oportunizando a todos o conhecimento de toda a cultura brasileira, sem apresentar uma como dominante ou mais importante que a outra, mas oportunizar, de modo geral, o conhecimento do Brasil como um país de muitas culturas e cores.

Os negros que vieram da África para serem escravizados no Brasil pelos portugueses, tiveram sua identidade, sua cultura, seus costumes e sua religiosidade negados. Suas práticas não eram aceitas pelos portugueses, perpetuando assim, preconceitos e desigualdades. Porém, é preciso lembrar que os negros sempre lutaram pela manutenção de sua identidade e é por isso que segundo o Ministério da Educação:

A sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP 1/2004 é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação (2006, p. 19).

Assim, a Lei 10.639 de 2003 vem trazer para o âmbito social e escolar aspectos que retratam a positividade de uma cultura e de um povo, que foi por muito

tempo, distorcido na sociedade brasileira e reforçada pelas escolas, através do seu ensino tradicional. Por essa razão, é preciso propor uma formação que eleve a cultura africana e afrobrasileira, para que favoreça aos afrodescendentes para terem o seu espaço na sociedade.

Desse modo, compreende-se que a escola, considerada o principal espaço de aprendizagem, precisa propagar em suas práticas pedagógicas, um ensino voltado a demarcar as culturas e os povos que fazem parte da formação brasileira. A Lei 10.639/2003, vem diretamente trazer para o espaço escolar essa proposta, que coloca como destaque a obrigatoriedade de promover no espaço escolar o ensino voltado a compreensão e o conhecimento de um povo, considerado por muitos, como inferiores na sociedade.

Diante disso, entende-se a positividade dessa Lei, pois ela será capaz de elevar a cultura afrodescendente, devolvendo a grande perda que tiveram em diferentes aspectos da formação pessoal e social desses povos. Isso só será possível através de uma proposta pedagógica que contemple a Lei 10.639/03, como uma prática docente comprometida.

#### 1.4. VALORES AFRICANOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Na nossa sociedade, mesmo com o passar dos anos, ainda presenciamos atos de discriminações aos afrodescendentes, isso ocorre em virtude da ausência de estudos e de um diálogo que favoreça reflexão e novas percepções dos saberes e da cultura dos africanos e afro-brasileiros do nosso país. Saberes que por longas décadas foi negligenciado pela educação desenvolvida no país, cuja prioridade era um ensino de História pautado nos heróis brancos e datas comemorativas. O saber histórico proferido nas escolas servia para afirmar uma cultura de elite. Mesmo após a abolição da escravatura, perpetuou-se um ensino de História que reafirmava a discriminação e a desvalorização da população negra, processo educativo que perdura até os dias atuais, de acordo com o Ministério da Educação:

Os 118 anos que nos separam da Lei Áurea não foram suficientes para resolver uma série de problemas decorrentes das dinâmicas discriminatórias forjadas ao longo dos quatro séculos de regime escravocrata. Ainda hoje,



permanece na ordem do dia a luta pela participação eqüitativa de negros e negras nos espaços da sociedade brasileira e pelo respeito à humanidade dessas mulheres e homens reprodutores e produtores de cultura (2006, p. 14-15).

De acordo com essa afirmação, entendemos que mesmo com a abolição dos escravos, os negros, ainda hoje lutam incessantemente pelo reconhecimento e por respeito a sua cultura e a seus costumes, que mesmo após abolida sua condição de pessoa escrava, ainda vive em uma sociedade preconceituosa, cujo processo educativo conserva métodos tradicionais e conteúdos que valorizam a cultura do colonizador europeu, assim como Ministério da Educação destaca que.

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a). Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos(as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias (2006, p. 20).

A educação a ser propagada dentro da sala de aula, deve ser uma educação igualitária que promova mudança de postura, uma vez que existe uma grande diversidade de povos no Brasil, com diversas culturas. Portanto, para uma educação eficiente é imprescindível que atenda a todas as necessidades dos alunos, principalmente daqueles menos favorecidos, como é o caso dos alunos de cor negra. Precisamos de uma Educação comprometida com a formação e valorização dos sujeitos como salienta Arruda que,

[...] a escola precisa romper com os interditos. Para mostrar aos educandos a necessidade de se valorizar e garantir direitos inalienáveis de todos os estudos, sobretudo os estudos da formação de povo afrodescendentes e do legado da cultura africana para os dias de hoje. O espaço da escola poderá se tornar espaço de socialização desse legado (2006, p.77).

Cabe à escola fazer do seu ambiente educativo, um ambiente também para uma educação da diversidade. E para isso é necessário romper com as práticas e metodologias que carregam nas entrelinhas a discriminação. É na escola que vislumbramos com mais eficiência, a oportunidade de se trilhar novos caminhos,

caminhos estes para uma nova relação de respeito entre as pessoas, mas isso só será possível através de uma educação voltada ao reconhecimento do negro, como pessoa de valor histórico, cultura e pessoal significativos.

A escola, através de seus profissionais docentes, precisa buscar suportes teóricos capazes de promover uma reflexão no processo educativo, para a valorização da cultura afrodescendente, rever suas propostas pedagógicas e o aprendizado dos alunos para uma “consciência negra”. Como destaca Silva, (2005, p. 45), que “A consciência negra envolve a comunidade negra com um renovado orgulho de si própria, de seus esforços, de sua cultura, de seus valores, de sua religião, de sua perspectiva de vida, e se manifesta em realizações”.

Diante desse conhecimento é preciso que os professores enfatizem uma Educação que possa proporcionar aos alunos conhecimentos positivos da história de povos africanos e afro-brasileiros e também como formadores da maioria da população do nosso país. No processo de escravização, os negros africanos sofreram muito com a retirada do seu país de origem para serem escravizados no Brasil, deixando a sua identidade, seus conceitos e sua valorização. Nesse processo Silva diz que,

Ao serem tirados do convívio de suas famílias e nações, transportados como mercadorias e explorados em seus conhecimentos e em sua força física, os escravizados viveram radicalmente a experiência de significar o mundo e de se constituírem como seres humanos (2005, p. 43).

Os negros inicialmente foram escravizados pela sua força e capacidade para trabalhar com a cana de açúcar no Brasil, o que ocasionou sofrimentos e revoltas. Além disso, não eram tratados como pessoas de valores e de sentimentos. Esses povos foram significativos para a construção do nosso país em diferentes aspectos, portanto é preciso políticas educacionais transformadoras de ideias e conceitos.

E isso é possível através de uma educação eficiente e dialógica, capaz de atender e corresponder o que apregoa a Lei 10.639/03, que obriga o Ensino da História da África e da Cultura Africana e Afro-brasileira, para que assim possa ocorrer um ensino que, por meio de novos conhecimentos, leve os alunos a compreensão de valores africanos, possibilitando mudanças de comportamento e de conceitos enraizados na nossa sociedade.

A escola deve prover, através de seu ensino, uma educação voltada para a perspectiva de luta contra o racismo, já chegamos ao século XXI e ainda se perpetuam na sociedade brasileira o preconceito e a discriminação racial.

Nessa perspectiva, é preciso que a escola crie mecanismos que promova uma formação de cidadãos esclarecidos, pois para o Ministério da Educação enfatiza que:

Crianças, adolescentes e jovens, negros e negras, têm vivenciado um ambiente escolar inibidor e desfavorável ao seu sucesso, ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Lançar um novo olhar na contemporaneidade, para que se instalem na escola posicionamentos mais democráticos, garantindo o respeito às diferenças, é condição básica para a construção do sucesso escolar para os(as) estudantes (2006, p. 69).

É dever da escola fazer do seu ambiente um lugar propício para uma rede de conhecimentos múltiplos, capazes de atender a toda a diversidade existente na sua instituição, mais, o que vemos ainda é desrespeito aos seus alunos negros, intensificando suas ações pedagógicas voltadas aos interesses apenas de uma cultura, a dominante.

As pessoas não nascem racistas elas aprendem a ser, em decorrência da educação que lhes é passada, tanto pela família, quanto na sociedade e também no do ambiente escolar, resultado de uma educação elitista e escravocrata que negligencia e coloca o negro como inferior. A escola, sem dúvida, como um dos principais espaços de aprendizagem e formação, deve trabalhar esse tema numa perspectiva de mudanças. Assim é preciso como salienta o Ministério da Educação que:

Estabelecer um diálogo com este passado por meio de pesquisas, de encontros com a ancestralidade, preservada ou reinventada, é fundamental no sentido de não hierarquizar, idealizar ou subestimar as diversas motivações/manifestações sociopolíticas e culturais que dele fizeram parte (2006, p. 56).

Assim só se fará mudanças na Educação ao buscar conhecer e refletir sobre a história do povo negro, por meio de sua ancestralidade, ressaltando de forma

positiva a sua verdadeira história e não apenas aquelas repassadas através do livro didático.

A África precisa ser reconhecida por nós como um verdadeiro berço da humanidade. Precisa ser reconhecida pela sua importância para a construção do nosso país em seus diferentes aspectos culturais, religiosos e históricos. As escolas precisam perceber que o Brasil não é um país de culturas e povos iguais, mas um país pluricultural.

## 2. O QUE SABEMOS SOBRE A ÁFRICA?

### 2. 1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DA DIVERSIDADE.

O professor como profissional responsável e eficiente na sua prática pedagógica, a partir da sua formação básica ou continuada, pode se constituir um bom profissional. E essa formação poderá fazê-lo um profissional comprometido com a prática docente.

Nesse contexto, a formação da identidade de professores e professoras vai se constituir, como coloca Jesus, (2000, p. 29), “[...] que a formação e a construção da identidade docente percorrem tantos caminhos e atalhos diferenciados mostrando a complexidade, os múltiplos fios com os quais se tecem essas identidades.” Nesse sentido, é a tomada de consciência no processo de formação e aprendizado que sustentarão uma prática eficiente para o enfrentamento das condições de trabalho e mudanças sociais constantes.

A formação da identidade docente é um processo bem complexo, pois dois caminhos se entrelaçam e se constituirão na formação docente, se direcionando a formação acadêmica e a interiorização de conhecimentos que serão adquiridos na sua prática e que ambas sustentarão e subsidiarão no processo da formação da identidade. Compreendemos que é no decorrer de cada situação nova que descobrimos novas formas de nos relacionarmos e resolvermos determinados assuntos na sala de aula. Nessa perspectiva, afirma Tardif que,

[...] os saberes adquiridos durante a trajetória pré-profissional, isto é, quando da socialização primária e sobretudo quando da socialização escolar, têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber-fazer e do saber-ser que serão mobilizados e utilizados em seguida quando da socialização profissional e no próprio exercício do magistério (2010, p.69).

A formação teórica obtida durante nossa capacitação e nos influenciará na nossa ação diante dos conflitos que surgirão na sala de aula, no decorrer do dia a dia. É importante ressaltar que a construção da nossa identidade oportuniza, por meio da prática reflexões que nos constitui significativamente como profissionais.

Essa formação deriva-se, como aponta Gimeno (1983 apud GUARNIERI, 2003 p. 103) que, “o professor e a prática em geral são puros receptores e consumidores dos produtos da investigação”. Assim compreende-se que teoria e prática precisam estar articuladas como conhecimentos indispensáveis para ser professor (a), pois como ressalta Jesus (2000, p. 39): “Não me fiz professora, me construo professora, cotidianamente, em diferentes instâncias nas quais tenho interagido, nas diferentes interlocuções que tenho feito, nas múltiplas teias de relações que tenho tecido” [...].

É no processo da formação docente que o professor se efetiva pela interiorização de conteúdos, firmando-se um professor capacitado para exercer sua prática, sendo importante considerarmos que não vai adquirir na formação um modelo ou uma receita pronta de como trabalhar e resolver determinados problemas no cotidiano, mas é a partir desse processo que compreenderá na sua formação a razão de tomar decisões e saber o melhor para ser apresentado para os seus alunos.

É preciso ter um olhar mais direcionado e preocupado para com a educação, pois é base mediadora para o desenvolvimento intelectual, pessoal e social do ser humano. Compreender que a escola compartilha uma diversidade cultural, dos sujeitos envolvidos no processo de educação que se diferencia em diversos aspectos. Portanto, deve-se promover um trabalho com conteúdos e propostas que atendam a toda a diversidade existente, não podendo priorizar uma em detrimento de outras.

Compreende-se, que o professor que irá atuar na sala de aula, com o intuito de formar seus alunos para as necessidades e dificuldades que enfrentarão na sociedade em que estão inseridos. Dessa forma, é importante que o professor tenha uma boa formação, pois os conhecimentos de seus alunos dependerão do seu professor, como mediador de saberes.

Nessa visão, para uma boa formação e atuação do professor é preciso que se ele considere o ambiente em que vai lecionar como destaca Lima:

[...] a escola, enquanto espaço plural e diverso, necessita construir pressupostos teóricos que reconheçam e dialoguem com a diversidade cultural presente na sociedade, enriquecendo, assim, o cotidiano escolar e formando cidadãos atuantes e cientes do seu papel social, indivíduos que

têm por princípios o respeito às diferenças e compreendem que a humanidade é diversa (2006, p. 37).

O que a autora nos traz é que o professor necessita perceber que existe na sua sala de aula uma grande diferença entre os seus alunos, uma diversidade de cor, de cultura, de costumes entre outras. Dentro dessa percepção da diferença ele precisa trabalhar de forma a atender a todos igualmente, sem distinções.

Considerando que para trabalhar com a diversidade encontrada na sala de aula, se faz necessário, como destaca Lima que:

A formação dos (as) professores(as), também baseada na Proposta Pedagógica do CEAFFRO, visa instrumentalizar as educadoras para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo e começa por trabalhar a pessoa do professor: suas concepções sobre raça e gênero, conhecimentos prévios acerca do continente africano, representações sobre temas tabus como racismo e sexismo, seus preconceitos, a discriminação em sua vida e na sociedade em geral, suas histórias e vivências pessoais com estes temas, a história e cultura africana, assim como as formas como essas questões são tratadas na escola, [...] (2006, p. 18).

Essa proposta de formação do professor trazido por Lima, pela perspectiva do CEAFFRO, programa de educação e profissionalização para a igualdade racial e de gênero do CEAFFRO/UFBA – Centro de Estudos Afro-Orientais/Universidade Federal da Bahia; visa uma formação pela própria identidade do professor, e suas concepções sobre esses temas sabemos que o professor fará um bom trabalho em sala de aula, se primeiramente tiver uma concepção positiva sobre o negro na sociedade.

A proposta é formar o professor para que esteja apto a perceber e trabalhar a grande diversidade que reveste o país, como afirma Lima:

O trabalho implica, portanto, que se vejam criticamente como professoras, instigadas a refazerem sua prática, de forma que incorpore a identidade racial, de gênero, a procedência, jeito de ser etc. dos(as) alunos(as) enquanto elementos importantes para conseguir sua vinculação ao conhecimento formal oferecido pela escola (2006, p. 20).

Nessa concepção é preciso que os (as) professores (as) reflitam a necessidade de formação da sua identidade racial, pois é uma tarefa também o necessário, que o próprio professor se reconheça como afrodescendente. Através

dessa tarefa é que será possível promover uma educação mais significativa para a vida de seus alunos.

## 2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O QUE SABEMOS SOBRE A ÁFRICA?

Para que aconteça a valorização do negro na nossa sociedade, é preciso a construção de uma nova história, que desmistifique a anterior, como fala Schleumer:

Uma História que ainda está sendo feita, mas que de longe não é somente o retrato da África dos leões, das minas e das grandes fontes de lucro. Mas é também a história de uma tomada de consciência, de movimentos de resistência, de cultura dos povos, dos grupos étnicos lá existentes (2011, p. 145).

Mediante as ideias de Schleumer, a qual nos fala de uma história que faça conhecer o negro em seus aspectos culturais, sociais e históricos, para que assim possamos valorizá-lo. Essa é uma história que precisa ser tratada na sala de aula como fonte de conhecimento, foi implementada pela Lei 10.639 enfatizando a valorização do negro, através da compreensão da sua história. Assim, como traz Schleumer (2011, p. 145): “[...] não há povo sem História, tão pouco que possa ser compreendido sem ela. A história dos “outros”, assim como a nossa é incompreensível fora de sua inserção em um contexto mais amplo.”.

Para fazer uma educação capaz de valorizar um povo que sofre grandes preconceitos por ser de cor negra, é necessário fazer a valorização a partir do conhecimento de uma nova história da África e dos africanos, com critérios ainda não vistos na sala de aula. Dessa forma Gomes, fala que:

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico – salvo honrosas exceções -, são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro da atualidade (2010, p. 74).

Os professores ainda não estão bem preparados e informados sobre a perspectiva dessa temática para trabalhar na sala de aula, uma história capaz de



valorizar o negro em diferentes aspectos. Ainda se faz necessário buscar muitos conhecimentos para fazer um bom trabalho sobre essa temática.

Na maioria das vezes, professores estão apegados a uma história de descrição dos europeus na África, ou dos valores daquele continente ou como traz Munanga e Gomes 2006 (apud GOMES 2010, p. 76-77):

[...] até hoje, nas imagens que são veiculadas sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e muito menos as cidade moderna africana construída pelo próprio ex-colonizador. Geralmente, a África ainda é apresentada de forma dividida e reduzida, focalizando os aspectos negativos, como atraso, guerras “tribais”, selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, Aids, etc (2010, p.76-77).

Se a escola estiver baseando seus conteúdos nessa perspectiva não terá como os alunos compreenderem valores africanos, e assim respeitarem e valorizarem esses povos, bem como acabar com o racismo que permeia a nossa sociedade. Precisamos na escola uma história da África com perspectiva de amplo conhecimento para a valorização do negro.

A Lei 10.639/03 obriga o trabalho pedagógico com a História da África e da Cultura Africana e Afrobrasileira, mas só terá uma boa efetivação em sala de aula mediante a participação docente, pois segundo Gomes:

A escola e seu currículo são impelidos, na atualidade, a incluir tal discussão não só na mudança de postura dos profissionais da educação diante da diversidade étnico-racial, como também na distribuição e organização dos conteúdos curriculares; para tal, será necessário o investimento na formação inicial e continuada dos professores (2010, p. 78).

É necessário que o professor tenha conhecimento sobre a História da África e da Cultura Afrobrasileira e Africana como coloca a Lei 10.639/03, pois sem esse conhecimento não terá um ensino e aprendizado de qualidade. Para isso, é preciso como coloca Gomes (2010) uma formação inicial e continuada, pois sem conhecimento não tem como dar uma boa aula. É preciso conhecer a História da África para fazer um ensino de valorização do negro, podendo romper com o racismo que ainda está presente na sociedade. Nessa visão, afirma Gomes:

[...] a inserção da discussão sobre a África e a questão do negro no Brasil nas escolas da educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade (2010, p.81).

A referida Lei objetiva fazer uma discussão capaz de mudar o pensamento e no comportamento das pessoas. Um ensino com intencionalidade de mudança para as relações entre as pessoas, procurar trazer harmonia.

Assim, essa Lei inserida no âmbito escolar propõe uma nova perspectiva para mudanças na sala de aula, fazendo com que o espaço escolar seja de conhecimentos diversos, causador de autovalorize para todos. E o negro como maioria do país, seja valorizado por todos e se autovalorize como ser de cultura, de história, que muito contribuiu para a formação do nosso país.

### 2.3. DIVERSIDADE ÉTNICORRACIAL NA SALA DE AULA

A sociedade brasileira é marcada por uma grande diversidade de povos e culturas, com isso vivemos e comungamos de diferenças, políticas e religiosas, que apesar de um país multi e pluricultural ainda guarda marcas racistas e preconceituosas, em relação ao povo afrodescendente. Dessa forma, Brasil (2006, p. 21) afirma que: “É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.”.

Ainda presenciamos na atualidade que alunos de cor negra são vitimados em sala de aula pelo racismo e desrespeito a sua cor e pela sua cultura, sendo muitas vezes tratados de forma inferior por colegas, pais de colegas e até mesmo por professores. Esse é um aspecto de tamanha importância para ser discutido no ambiente escolar para uma mudança de conceitos e práticas educativas.

Sabendo que a escola é um dos principais espaços para a construção dos conhecimentos, assim como também um dos principais espaços de formação do ser humano para sua vida em sociedade. É importante ainda destacarmos que dentro de qualquer escola há uma complexa diversidade, que a escola deve procurar e trazer para ser transmitido e/ou mediado para a formação dos seus alunos, também deve-se considerar que dentro dessa instituição há um grande universo de ideias e

conceitos formados, para trabalhar essa temática que é imprescindível como proposta curricular e pedagógica, como ressalta Gomes:

[...] um currículo que se abre à diversidade deverá contemplar a história e a especificidade do povo negro juntamente com a de outros segmentos étnico-raciais. Ou seja, o enfrentamento e a superação do racismo e da discriminação racial está diretamente relacionado ao desafio colocado para a educação escolar do nosso tempo: como garantir uma educação igualitária e de qualidade para todos, respeitando a diversidade? Como construir práticas curriculares que contemplem, de forma ética, a diversidade, sem folclorizá-la ou omiti-la, e que, ao mesmo tempo, não se silenciem sobre elas? (2006, p.26).

A escola precisa inserir no seu currículo pedagógico assegurado pela Lei 10.639/03 O ensino de História da África e a Cultura Africana e Afrobrasileira para que assim possa propagar na sala de aula uma educação voltada para o conhecimento positivo do povo afrobrasileiro, o qual compõe a grande parcela da população, portanto, promover um ensino para que seus alunos conheçam de forma diferente a história desse povo pode ajudar a romper com o preconceito existente na sociedade brasileira.

Percebemos que a educação ainda não contempla a questão da diversidade étnicorracial em sala de aula, nesse sentido Arruda coloca que:

Nossos educandos estão, cada dia mais, sendo bombardeados por informações distorcidas. É ainda o “embranquecimento velado” à toda prova da Televisão brasileira e de outros meios de comunicação. É também o consumismo exacerbado de nossa “América Consumista”. São esses e tantos outros “percalços” que têm impedido que possamos Ler a Diferença no espaço da escola e por muitas vezes, prejudicarmos a diferença como inferior à nossa cultura dominante (2006, p. 73).

Como afirma Jorge Arruda, na nossa sociedade concepções de “embranquecimento” ainda está enraizada, chegando de forma ainda mais profunda na sala de aula, tanto nas relações como nas metodologias utilizadas pelos professores. Estas são questões que devem ser repensadas, pois a escola deve atender todo o seu público de forma igualitária, considerando um currículo diverso.

## 2.4. A ESCOLA COMO MEDIADORA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A escola precisa proporcionar um ensino que atenda a todas as especificidades dos alunos que participam dela, pois é um dos principais caminhos para o aprendizado, por isso precisa atender e ensinar a diversidade. Se a escola, em suas propostas pedagógicas, priorizar um ensino que vise apenas uma classe dominante “classe branca” intensifica ainda mais o preconceito existente na sociedade. Nessa visão Abramowicz e Oliveira, afirmam que,

[...] há uma questão racial presente na escola que se manifesta de diversas maneiras. Entre essas manifestações há um efeito especialmente perverso para as crianças negras que diz respeito ao menor desempenho escolar delas em relação às crianças brancas. Os resultados estatísticos visibilizam as dificuldades que as alunas negras e os alunos negros enfrentam para permanecer na escola, apresentando uma trajetória escolar diferenciada em relação aos alunos brancos, sendo que as maiores taxas de evasão e repetência se encontram entre os negros (2006, p.41).

Quando a escola não coloca a questão racial no debate cotidiano e enfatiza uma educação voltada apenas para uma classe, acaba desvalorizando os (as) alunos (as) negros (as), levando-os a desistência, porque não se percebem acolhidos naquele ambiente e com isso se sentem desmotivados e excluídos, abandonando a escola.

Mesmo que as estatísticas mostrem que a sociedade brasileira tem em sua maioria pessoas reconhecidas como negras, esses dados não são levados em consideração na escola, negligenciando a Lei 10.639/03 que obriga o Ensino de História da África e da Cultura Africana e Afrobrasileira na sala de aula, esse é um aspecto presente apenas na teoria, pois na prática educativa esse discurso não é levado em consideração.

A cultura negra está presente em muitos aspectos da nossa sociedade como, por exemplo, na culinária, na língua, na religião, na dança e na música. Mas sabemos que esses aspectos não são percebidos, muito menos reconhecidos pelos produtores dessas culturas. A escola, assim como a mídia e a sociedade contribuem com a valorização e a padronização dos costumes europeus, sempre colocando a classe branca em domínio. E dessa situação resulta que negro não se reconhece como negro, se acha feio e incapaz, pois quase nada do seu mundo é expresso e

reconhecido como bom para a sociedade e para a escola. Assim nos afirma Silva 1995 (apud ABRAMOWICZ; OLIVEIRA 2006, p. 51):

[...] as crianças de grupos étnicos diferenciados percebem quando são desqualificados, adquirindo, assim, uma concepção coletiva de sua etnia a partir do estigma que lhe é atribuído. No caso das crianças negras, as suas características raciais (tom da pele, nariz achatado, cabelos encarapinhados) são consideradas feias e elas introjetam a inferioridade. Em sua concepção, ser negro, é ser feio (2006, p. 51).

Uma nova escola só surgirá a partir do momento que reconheça existir uma diversidade em sala de aula que, precisa ser enfatizada. Nessa perspectiva Abramowicz e Oliveira, enfatizam que:

Não só a escola, mas toda a nossa comunidade precisa passar por uma ruptura dos sentidos que são hegemônicos, como, por exemplo, o padrão considerado "ideal": homem, branco, adulto, belo, heterossexual, cristão, física e mentalmente perfeito. Esse é um modelo de repressão, mas é claro que tudo é passado de forma bem suavizada, para melhor ser absorvida (2006, p. 55).

A formação da identidade do aluno negro é um processo bem difícil em decorrência da sociedade e da escola que temos, pois ambas por muito tempo exaltaram e ainda exaltam apenas o homem branco, com suas características padrão a serem seguidas por todos. Esses são aspectos marcantes, que dificultam ao negro ver-se valorizado. Em síntese, para que o negro aprenda a gostar de si mesmo é preciso que a escola e a comunidade aprendam a valorizá-lo e enfatizem em sala de aula suas características, seus costumes, e sua cultura.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

O tema desse trabalho é o Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o dito e o realizado no cotidiano escolar, o qual consideramos importante de ser discutido no âmbito educacional, considerando que o Brasil é um país de maioria negra, segundo dados do IBE (Instituto Brasileiro de Ensino). Porém, o que se vê ainda na atualidade é um preconceito acirrado para com o povo negro. Dessa forma, deveria ser mais enfatizada na sala de aula a Lei 10.639/03, propondo conhecimentos que possam valorizar o negro mediante seus costumes e culturas.

Considerando um tema de grande importância para a nossa discussão, temos como objetivo analisar o ensino da História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como instrumento de formação e valorização dos educandos, para que através desse ensino de História da África o educando possa conhecer a história do povo negro e sua vasta contribuição de valores culturais africanos e afrobrasileiros que ainda não conhecemos.

Para desenvolver este trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática, identificando os teóricos e suas concepções sobre o tema. A pesquisa bibliográfica segundo Oliveira tem um propósito e enfatiza que,

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. O mais importante para quem faz opção por uma pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico (2008, p.69).

Essa pesquisa favorece a construção do trabalho, em que foi realizado antecipadamente um estudo de teóricos e suas concepções sobre o tema, possibilitando ter antemão um estudo da temática auxiliando na informação do que está sendo desejado conhecer de forma mais aprofundada.

Além da pesquisa bibliográfica foi utilizado também a pesquisa exploratória que foi relevante, uma vez que proporcionou esclarecimentos, como afirma Oliveira:

Este tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. [...] a pesquisa exploratória, ao dar uma explicação geral, pode levantar um novo problema que será esclarecido através de uma pesquisa mais consistente (2008, p. 65).

A referida pesquisa teve um detalhamento de fatos relevantes sobre a temática, enfatizando maior exploração de uma temática ainda pouco estudada, para que possa-lhe ser dado maior ênfase. A abordagem para análise de dados foi a qualitativa, que segundo Gonsalves (2003, p. 68) “[...] preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, [...]”.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Izidro de Sousa, localizada no Distrito de Tambor, zona rural da cidade de Cachoeira dos Índios – Paraíba. Os sujeitos da pesquisa foram cinco (5) professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ano ao 5º ano, as quais serão identificadas na análise dos dados como professora 1, 2, 3, 4, e 5, uma forma para preservação de sua identidade.

A coleta de dados foi feita através da observação e de um questionário aplicado às educadoras, o que favoreceu a análise e interpretação das informações, obtidas. Como afirma Oliveira:

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (2008, p. 83).

Através dos dados coletados observarmos de forma detalhada as respostas redigindo um texto subsidiado pelos autores estudados, chegando a uma conclusão de como está sendo pensado e trabalhado o ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nessa escola, percebendo o dito e o realizado no cotidiano escolar.

#### 4. O DITO E O REALIZADO NO COTIDIANO ESCOLAR: ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA.

A escola como um lugar de destaque para a busca e apreensão de novos conhecimentos é responsável pela formação intelectual e pessoal dos seus alunos. Falar na sala de aula sobre questões referentes aos povos afrodescendentes é importante para contemplar a diversidade, bem como discriminação racial ainda tão presente na sociedade e tão pouco enfatizados e discutidos nas salas de aula. É necessário que a escola seja mediadora de conhecimentos para uma mudança de atitudes e pensamentos dos alunos para que possam compreender o povo afrodescendente como um povo de valor.

No referido questionário indagamos primeiramente as professoras: Para que tal mudança aconteça, precisamos saber como é que estão trabalhando para atingir esse objetivo. Assim perguntamos as professoras: Que livro didático da disciplina de História você utiliza? Neste livro apresenta temas relacionados ao ensino de História da África? Como você trabalha esses temas? Eis as respostas:

Eu costumo utilizar o livro integrado da coleção “Eu Gosto” das autoras Zeneide Albuquerque e Célia M. Costa; além de realizar diversas pesquisas de autores, livros, revistas etc. pois os mesmos fazem abordagens bastante restritas relacionado ao ensino de história da África. No entanto, este tema é trabalhado em sala de aula através de pesquisas, debates, entrevistas, produções textuais, confecção de cartazes etc. (Professora 1)

O livro disponibilizado pela escola é o Projeto Buriti”. Ele não aborda o tema em questão, no entanto outros livros didáticos, revistas e pesquisas na internet são utilizados. Na sala de aula trabalho com os meus alunos através de textos, discussões e produções textuais de acordo com a temática discutida. (Professora 2):

Utilizo o livro da coleção “Buriti” e este não traz conteúdos referente a história da África. O trabalho que realizo com essa temática são realizados por meio de pesquisas através da internet e outros subsídios encontrados na biblioteca da escola. (Professora 3):

Projeto Buriti – Multidisciplinar; sim; as metodologias que uso estão realizadas com a vida do aluno, ou seja, procuro trabalhar relacionando com os acontecimentos do meio em que estão inseridos, mostrando a importância dessa história para a vida dos grupos em sociedade. (Professora 4):

O Livro utilizado é o “Projeto Buriti: Multidisciplinar” ele não apresenta temas relacionados à História da África. Assim como na maioria dos livros adotados nas séries iniciais do ensino fundamental, ele aborda as questões de escravização do negro porém, possui pequenos textos que falam na valorização da cultura afro-brasileira. (Professora 5):



Analisando as respostas, percebemos que a Professora 1, não utiliza o livro que faz parte da coleção de livros didáticos que a escola elaborou para ser trabalhado durante três(03) anos letivos, como também relata que o livro que utiliza apresenta pouquíssimas considerações sobre a temática de História da África. Nesse contexto a professora se mostra preocupada em trabalhar essa temática e busca outras fontes. A Professora 2, trabalha o livro que faz parte da coleção que a escola selecionou, mais deixa claro que o mesmo não enfatiza essa temática, porém destaca se interessar pela discussão recorrendo a outras fontes para que possa suprir as falhas do livro didático.

A Professora 3, também relata que utiliza o livro da coleção Buriti e este não traz considerações relativas a temática africana, mas ela busca também em outras fontes, pois considera ser um tema importante a ser discutido na sua sala de aula. A Professora 4, também utiliza o livro da coleção Buriti e relata que não apresenta conteúdos referentes a temática, mas trabalha com os alunos trazendo para o cotidiano deles, discutindo a realidade com os conteúdos que o livro didático aborda. E a Professora 5, também utiliza o livro da coleção que não traz temas direcionadas a temática, e enfatiza que tem alguns textos, mas são limitados e voltados ao processo de escravização, não direcionados a história mais específica, a cultura, a beleza, aos valores, enfim a positividade do povo africano.

O livro didático é uma fonte de apoio pedagógico para o professor e para os alunos, é um instrumento selecionado para se trabalhar na sala de aula, durante todo o ano letivo, ou até mesmo durante três anos letivos, como em muitas escolas.

Sabemos que o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira é discussão assegurada pela Lei 10.639/03, mas observamos que o livro da “coleção Buriti – Multidisciplinar” não enfatiza ou pouco enfatiza, em algumas séries/anos essa temática para ser trabalhada por professores e alunos. Nesse sentido, Mattos coloca que:

Os livros didáticos que procuram acompanhar a perspectiva de trabalho com pluralidade cultural e combate ao racismo, sem dúvida, esforçam-se para cumprir os novos objetivos. Introduziram conteúdos e atividades que estimulam a convivência entre tradições e práticas culturais diferenciadas, sejam elas culturais, linguísticas, étnico-raciais, regionais ou religiosas, e articulam reflexões e debates sobre as desigualdades raciais no país (2010, p.237).

O livro didático a ser abordado na sala de aula deve ser analisado e discutido antes de ser escolhido, pois é necessário que ele esteja organizado abordando as temáticas em debate na atualidade, a exemplo do Ensino de História da África a ser trabalhado na sala de aula, servindo de subsídio importantíssimo para o aprendizado dos alunos.

Ao constatar que livros estavam sendo utilizados pelas professoras, passamos a indagarmos de que forma cada educadora enfatizava em suas práticas pedagógicas o Ensino de História da África? Obtivemos as seguintes respostas:

Geralmente o ensino de História da África é abordado em datas comemorativas como: a Abolição dos Escravos, Dia da Consciência Negra ou diante de algumas situações que surgem no cotidiano escolar. (Professora 1)

Trabalho essa temática apenas nas datas comemorativas como: a Abolição dos Escravos e o Dia da Consciência Negra, através de textos e atividades. (Professora 2)

Sempre trabalho com a turma algumas temáticas sobre a África enfatizando as diversas contribuições dos africanos para a formação do nosso país que se apresentam na música, comida e vestimentas. (Professora 3)

Fazendo uma relação entre a parte histórica com o processo cultural dos povos em sociedade, ou seja, procuro dar ênfase a essas práticas sempre fazendo, a necessidade e importância de compreender esse ensino para que construa concepções conscientes. (Professora 4)

Durante a aula de história busco enfatizar a importância do negro africano para a formação da nação brasileira. Discuto sobre a influência dos mesmos em nossa cultura e pesquiso textos que ajudem aos educandos compreenderem e respeitarem as diferenças raciais, aliás, as diferenças de cor. Até porque todos nós temos sangue negro. (Professora 5)

Na perspectiva dessas professoras quanto a forma que trabalhavam a temática do Ensino de História da África, observamos que a Professora 1 e 2, só trabalham essa temática nas datas comemorativas, ou até que surja uma situação no cotidiano. Percebe-se que não existe uma preparação e/ou preocupação de trabalhar em um outro dia interdisciplinarizando com outros conteúdos essa temática. Percebe-se que existe uma ausência na fala das professoras em fazer uma discussão dessa temática na sala de aula com o objetivo de discutir valores como o respeito. As discussões ainda pautam-se e enfatizam apenas datas comemorativas. As Professoras 3, 4 e 5 apresentaram uma maior preocupação de trabalhar essa temática de forma mais aberta, contextualizada, proporcionando ao

aluno uma reflexão da sua sociedade, realidade e formação, compreendendo o Brasil como um país de grande diversidade cultural, valorizando a cultura africana e afrobrasileira, diferenciando-se das professoras 1 e 2.

O ensino que vem sendo trabalhado na sala de aula deve ser pensado para uma discussão mais eficiente e significativa, tanto para a formação do aluno como para a sua compreensão sobre a cultura afrobrasileira. Assim como destaca Schleumer, que:

[...] o ensino proposto deveria incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil (2011, p.141).

Como destaca a autora, é preciso repensar o estudo da História da África como forma de valorização dos povos afrodescendentes, destacando as lutas e conquistas, bem como a forma de organização empreendida contra a submissão e a condição de vida subjugada a uma elite exploradora.

Dessa forma, para o conhecimento da História e da Cultura dos povos afrodescendentes e conseqüentemente a valorização e o respeito que lhe são devidos, só serão possíveis através da formação do professor para que possam trabalhar na sua prática pedagógica de forma a mediar conhecimentos voltados à desmistificação de conceitos preconceituosos e racistas impregnados no aluno.

Em relação à forma como os professores compreendem a Lei 10.639/03, mencionaram:

Baseado na Lei 10.639/03 pode-se compreender que é de fundamental importância incluir o ensino de História da África na grade curricular nacional de educação, mas nem sempre este é trabalhado em nossas escolas e na maioria das vezes ele é abordado em datas comemorativas. (Professora 1)

Em poucas linhas, essa legislação consegue chamar a atenção de autoridades, dos educadores e da sociedade para a importância da inclusão no currículo escolar da perspectiva étnico-racial, instituindo inclusive, o Dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. (Professora 2)

A Lei 10.639/03 torna obrigatória o estudo sobre a África nos currículos das escolas de todo o país e devem ser trabalhados de forma interdisciplinar. (Professora 3)

Um bem necessário, mas que muitas vezes longe ainda dos conceitos inseridos dentro do currículo e da necessidade que a Lei se faz. (Professora 4)

É uma Lei que veio para as pessoas se conscientizarem da importância de se trabalhar a verdadeira história da África, haja vista que muitas escolas não colocam esse tema (disciplina) em suas grades curriculares. A história se restringe a escravização dos negros. (Professora 5)

Analisando a resposta da Professora 1, que relata a importância de ter implementado na grade curricular, percebemos contradições, pois ela também afirma que não são abordados por todos os professores, ou que só é enfatizado apenas em datas comemorativas, como ela mesma mencionou na segunda questão. A Professora 2, expressa que a Lei tem grande importância para a mudança na sociedade, e que é capaz de “chamar a atenção de autoridades e de educadores”. Mas ela se esqueceu de afirmar que a Lei por si só não fará nada se as pessoas não mudarem as suas ações e concepções na sociedade como também na sala de aula. A Professora 3, demonstra também conhecimento sobre a Lei 10.639/03, afirmando a obrigatoriedade de ser inserida no currículo, escolar, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Porém, é importante compreender que está no currículo não implica inserir na prática pedagógica como podemos constatar na resposta de algumas professoras. A Professora 4, expressa que é muito importante, mas afirma que ainda está longe dos conceitos desenvolvidos na sala de aula. Muitas vezes está só no currículo, porém, não são colocados como conteúdos programáticos. A Professora 5, percebe como meio de conscientização das pessoas, mas também afirma que nem sempre essa discussão está presente na grade curricular. Assim compreende-se que nada mudará se a proposta da Lei não estiver presente na prática educativa cotidiana.

Como afirma Pereira:

A publicação da Lei 10.639 atende, também à sua maneira, ao enfrentamento de antiga crítica de um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que história e cultura-brasileira afro-brasileira compareciam, via de regra, de forma estereotipada, quando compareciam (2010, p. 170).

Em busca de proporcionar uma nova concepção do Ensino de História, como o direcionamento que passaria a ter a temática voltada ao ensino de História e

Cultura Africana e Afrobrasileira, a Lei 10.639 deve proporcionar uma nova perspectiva de ensino, capaz de desmitificar estereótipos. Mas é importante ressaltarmos que ela por si só não fará nada, se as pessoas, principalmente os profissionais, não estiverem comprometidos com um ensino que supere o preconceito ainda enraizado na sociedade.

Também indagamos as professoras como viam a importância desse ensino de História da África na sala de aula?

Trabalhar o ensino de História da África em sala de aula é muito importante, pois os educandos irão ter o conhecimento de todas as contribuições trazidas pelo povo africano para o desenvolvimento do nosso país e com isso eles poderão valorizar mais a cultura africana. (Professora 1)

O estudo de história da África traz a oportunidade para que se conheça um pouco da formação racial do nosso país e também a grande influência de um povo na construção disso que somos atualmente. (Professora 2)

A importância do ensino é para que a história do continente africano seja reconhecida e valorizada por todos, tendo em vista que ao longo do tempo foi marcada de forma negativa e distorcida. (Professora 3)

É de grande relevância pelo fato de desconstruir e compreender sobre as diferenças em que as raças se dão, construindo relações de proximidades a cerca da cultura brasileira. (Professora 4)

É muito importante para que os educandos entendam que a influência e importância do negro para o Brasil, vai, além das questões expostas nos livros que até então são utilizados por eles. Temos que entender eles formam nações e um continente. Que tem seus valores, crenças e costumes que devem ser respeitados. (Professora 5)

Com relação à importância que dão ao ensino de História da África na sala de aula, a Professora 1 e 2 demonstram o mesmo pensamento de que é bastante significativo o Ensino de História da África na sala de aula e compreendem a importância para a formação de seus alunos em conhecer, discutir e refletir o assunto. A Professora 3, destaca a importância de se trabalhar na sala de aula essa temática que contribuirá para o conhecimento da verdadeira África o que por muito tempo foi considerada negativa em relação aos outros povos. A Professora 4, coloca que é importante relatar em sala de aula as diferenças existentes entre os diversos povos, o que não se constitui dizer que um é melhor que outro. A Professora 5, diz que é importante compreender que o negro tem uma importância e influência maior do que está exposto no livro didático, pois são povos de valores, culturas e crenças que permearam o nosso país.

Nessa perspectiva, de considerar a importância de trabalhar o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira, Pereira destaca que:

[...] atentemos para o fato de que o ensino-aprendizagem de história e cultura não se torne refém de uma “folclorização” despolitizada, nem tido como mero elemento submisso à formação de uma suposta identidade nacional que unifica, conforma ou deforma histórias com que se compõe essa história (2010, p.177-178).

É preciso estar atento para com o que traz a Lei 10.639 para que assim não se delimite em estar propagando um ensino voltado apenas a enfatizar a cultura em meio a apresentações, sem uma reflexão do por que daquela dança, pintura, roupa entre outras, para que não esteja de certa forma apenas folclorizando a História e a Cultura Africana e Afrobrasileira.

Como quinta questão foi perguntado que valores são discutidos no âmbito escolar e se esses valores trabalhados são significativos para a formação da identidade negra de seus alunos? Obtivemos como respostas:

Geralmente discutimos sobre costumes, crenças, hábitos, danças etc., pois conhecendo e valorizando a cultura africana estaremos contribuindo para a formação da identidade dos nossos educandos negros. (Professora 1)

Valores como dignidade e respeito são trabalhados efetivamente encorajando na formação da identidade através da perspectiva que reconheça a grande participação dos africanos na formação do Brasil, que os apresente não apenas em sua condição de escravizados, mas como personagens participantes da construção histórica, econômica, social e cultural do país. (Professora 2)

Os valores discutidos referem-se as lutas de um povo que contribuiu muito de forma positiva para a formação do mundo de maneira criativa e inteligente. Os valores trabalhados são significativos, pois ajudarão a criança negra compreender a importância que seus descendentes tiveram na história da humanidade e isso fará com que elas se orgulhem e aceitem-se de forma natural. (Professora 3)

Sim trabalho valores como respeito e igualdade. A partir desses valores os alunos podem até não construir sua identidade, mas, construir relações de cidadãos diante do meio social em que se encontram inseridos. (Professora 4)

O valor cultural artístico-religioso, ou seja, tudo que forma a cultura afro-brasileira. Esses valores são significativos, mas não aprofundados para que os alunos negros se sintam mais valorizados pelos demais. Infelizmente, a cultura preconceituosa em relação ao negro ainda é grande na sociedade. (Professora 5)

Sobre essa questão, a Professora 1, destaque que discute na sala de aula os costumes e danças afrobrasileiras que estão presentes na comunidade, na vida e na ação de seus alunos. É uma proposta bastante interessante, pois essa discussão é bastante significativa para levar os alunos a perceberem os valores desses povos, se percebendo como pessoa importante também. A Professora 2, colocou que trabalhava valores e respeito, enfatizando a questão do negro não apenas como escravizado, mas como pessoa participante na construção do nosso país em diferentes aspectos, considerou que levando o aluno a ver e a compreender os afrodescendentes nessa perspectiva é capaz de respeitá-los assim como também aceitá-los.

A Professora 3, também introduziu na sua aula a discussão de valores africanos, falando dos afrodescendentes como pessoas significativas para a construção do país. Professora 4, relatou que trabalhava valores, e que esses valores podem até não servir para a formação da identidade, mas se constituirão para a formação deles como cidadãos na sociedade na qual estão inseridos. E a Professora 5, destacou que procurava trabalhar tudo o que envolve a cultura afrobrasileira, mas também falou que não são aprofundados esses valores de forma a ser capaz de despertar o aluno para a sua cultura para que desperte sua identidade e reconhecimento como pessoa afrodescendente.

Falar dos valores africanos na sala de aula é bastante significativo para a formação da identidade dos alunos, como para a compreensão dos valores dos povos afrodescendentes, para assim poderem respeitá-los e se aceitarem como descendentes de africanos, como destaca Arruda:

Que crianças e adolescentes, jovens e adultos, da Educação Básica Brasileira, possam entenderem-se independentemente de raça, cor, etnia, como sujeitos de vir-a-ser e seres de criação, de contestação Em que esta função socializadora da educação, para SER – MAIS, perpassa pela formação social, que é de fundamental importância para a convivência humana. Na construção do respeito às diferenças no espaço da escola. (2006, p. 59).

É na escola, considerada como o maior espaço de aprendizagem, que os alunos têm a oportunidade de novos conhecimentos, erradicação de ideias preconceituosas e uma formação humana. Assim, a escola precisa se apropriar de conhecimentos específicos voltados ao ensino de História e Cultura da África, bem

como, ter conhecimento da necessidade de seus alunos conhecerem a sua cultura, que também faz parte da formação do seu país.

Como sexta questão, indagamos as professoras, se já vivenciaram na sala de aula características e/ou situações de preconceito racial? O que fizeram para resolver essa situação? Responderam:

Com certeza. Geralmente quando ocorre um fato em sala de aula relacionado ao preconceito racial, iniciamos o diálogo a cerca do tema abordado até chegar a um consenso de que vivemos em um país miscigenado onde somos todos iguais como “seres humanos”, mas com culturas, costumes e hábitos diferentes e que devemos respeitar essas diferenças para que possamos viver num mundo bem melhor. (Professora 1)

Não. (Professora 2)

Sim muitas vezes. A atitude tomada para controlar a situação foi conversar com a turma trazendo um pouco do conhecimento da história do povo africano e seu continente e destacando a importância desse povo e o quanto contribuiu para a formação do mundo. (Professora 3)

Sim, procurei primeiro relacionar a história dos povos inseridos no contexto do cotidiano através de atividades prazerosas como: vídeo, histórias como lendas, contos e poesias. (Professora 4)

Já vivenciei quando aluno apelida o outro, quando utiliza a palavra negro aliada a um adjetivo ruim. Para tentar minimizar esse problema, de imediato conversei, expliquei sobre a questão de que cor da pele não torna ninguém inferior e posteriormente levei li e discutimos textos que abordam às questões de diferença, não só de cor como outras. (Professora 5)

Como base nas respostas dessas professoras, compreendemos que esta situação foi vivenciada por quase todas, só a professora 2 afirmou que “não”, sua resposta contradiz a realidade vivida na sociedade e nas escolas, isso fica evidente nas respostas das demais. A Professora 1, relatou que já vivenciou vários momentos de preconceito durante sua carreira pedagógica e o que fez para resolver essa situação foi usar o diálogo, para que todos pudessem perceber que somos diferentes e ao mesmo tempo iguais. Acredito que seria mais significativo perceber que existe o preconceito racial na sala de aula, após essa discussão trabalhar frequentemente no cotidiano escolar questões da diversidade racial, pois não tem como acabar com o preconceito em apenas uma discussão. A Professora 2, demonstrou uma raridade, pois nos seus cinco (5) anos de prática pedagógica nunca vivenciou uma situação de preconceito na sala de aula,. Professora 3, declara



ter vivenciado essa situação várias vezes e para intervir abriu uma discussão para levar os alunos a compreenderem a grande diversidade da qual é formada o povo brasileiro, com o auxílio de textos para trabalhar com a turma.

Seria mais significativo se a professora estendesse essa discussão para o dia a dia das suas aulas e não apenas trabalhar essa questão no momento que foi diagnosticado o preconceito. A Professora 4, já vivenciou momentos de preconceito e relatou que trabalha relacionando a história dos africanos com os povos afrobrasileiros, com a vida dos alunos e também com vídeos, poesias e contos. E a professora 5, declarou que já vivenciou situações de preconceito muitas vezes, em situações de “brincadeira” em que onde um apelida o outro, ela afirma que de imediato conversa com o aluno que fez o ato, falando que somos povos diferentes e que é essa diferença que constitui o nosso país e em seguida leva textos para trabalhar com toda a turma essa questão. Assim como as Professoras 1, 3 e 4 seria interessante estender essa discussão no decorrer das suas aulas de forma interdisciplinar.

Perceber as situações de preconceito é tarefa bastante delicada para os professores, pois essas ações estão muito presentes, mas muitas vezes são camufladas. Desta forma além de ter uma compreensão do que é o preconceito racial é preciso também saber como está sendo vivenciada a relação dos alunos, uns com os outros, como afirmam Câmara e Moreira, que:

O foco na identidade, no âmbito da educação, revela-se indispensável. Qualquer teoria pedagógica precisa examinar de que modo espera alterar a identidade do/a estudante. O fim do ensino é que o/a aluno/a aprenda a atribuir significados e a agir, socialmente, de modo autônomo. Essa perspectiva exige a aprendizagem de saberes e habilidades, a adoção de valores, bem como o desenvolvimento da identidade pessoal e da consciência de si como um indivíduo que, inevitável e continuamente, deverá julgar e agir (2010, p. 38).

Como coloca os autores a formação da identidade é importante para os alunos e os professores precisam ter perspicácia para verificar que educação está sendo oferecida aos seus alunos, para contribuir na formação da sua identidade. É preciso indagar que aluno, que cidadão está sendo formado para viver em sociedade. Sem essa preocupação, a educação se constituirá de qualquer forma e o

professor acaba negligenciando o processo de formação pessoal e social de seus alunos.

Na sétima questão Indagamos as professoras: A escola e/ou você desenvolve ou desenvolveu projetos voltados á temática Afro? Quais?

Não. Como já falei costumo abordar este tema em sala de aula; mas nunca desenvolvi um projeto específico e relacionado ao mesmo. (Professora 1)

Não. (Professora 2)

Ainda não desenvolvemos projetos referentes a essa temática, no entanto como educadora trabalho trazendo a temática no cotidiano da sala de aula. (Professora 3)

Não. (Professora 4)

Não desenvolvemos projetos com essa temática, apenas trabalho durante as aulas de história e nas datas relacionadas ao tema, ou seja, datas comemorativas. (Professora 5)

Todas as professoras relataram que ainda não trabalharam ou desenvolveram atividades voltadas ao direcionamento de um projeto específico a essa temática, mas as professoras mencionaram que trabalhavam de acordo com as situações que ocorrem no dia a dia ou nas datas comemorativas. Desta forma, percebe-se que a preocupação da escola em abordar essa temática na desenvoltura de um projeto específico não é tão grande como um projeto junino, dia das mães, 07 de setembro entre outros. Compreende-se que essa temática ainda não se caracterizou como importante e obrigatória e isso se torna um problema, pois enquanto conhecimento é negado e enquanto Lei é descumprida.

As professoras mencionaram em suas respostas não trabalharem projetos específicos voltados ao ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira, isso implica numa lacuna no processo educativo, pois como destaca Gomes:

Do ponto de vista pedagógico, a superação dos preconceitos sobre a África e o negro brasileiro poderá causar impactos positivos, proporcionando uma visão afirmativa acerca da diversidade étnico-racial e entendendo-a como uma riqueza da nossa diversidade cultural e humana (2010, p. 72).

Como coloca Gomes, quanto à superação dos preconceitos é importante atentarmos que isso só será possível, através do momento que for trabalhado na

sala de aula de forma mais específica. Mas é importante salientarmos que o fato de não se preocuparem em trabalhar de forma mais ampla essa temática, é resultado de uma formação racista, além de não saberem como lidar com essa situação e abrir um espaço para discussão. Compreende-se que a escola prefere permanecer com atitudes racistas, compreendendo serem “brincadeiras” de seus alunos, quando é claramente uma intensificação do preconceito.

Na oitava questão, indagamos: De que forma o Dia 20 de novembro, reconhecido e incluído na Lei 10.639 de 2003, como Dia Nacional da Consciência Negra elencando a história de Zumbi foi trabalhado em 2014 na escola? E que propostas estão sendo pensadas para ser trabalhadas neste ano? As professoras relataram:

No ano de 2014, o Dia Nacional da Consciência Negra foi trabalhado na escola em que eu leciono através de discussões em sala de aula, pesquisas, produções de texto com ilustrações e atividades escritas diversificadas, a escola não promoveu um planejamento para trabalhar esse dia. Para o ano letivo de 2015 ainda não houve nenhum planejamento relacionado ao desenvolvimento de propostas a cerca deste tema. (Professora 1)

Apesar da abordagem individual dos professores feita em sala de aula, o tema não foi trabalhado pela escola como um todo durante o ano letivo de 2014 e, não existem propostas para 2015. (Professora 2)

O dia 20 de novembro foi trabalhado nesta data da mesma forma que foi trabalhado em anos anteriores sem tanta ênfase, apenas falando um pouco sobre a temática e produzindo alguns cartazes esse trabalho foi realizado por alguns educadores em suas salas de aula, a escola não destacou de forma geral. E para o ano seguinte não foi ainda discutido propostas para ser e como ser trabalhado. (Professora 3)

O trabalho em 2014 foi realizado somente a título de data comemorativa e não se construiu nenhuma intensão em relação às propostas e até agora não está sendo pensada nenhuma proposta para esse ano. (Professora 4)

Não houve um envolvimento da escola como um todo. Acredito que cada educador enfatizou, conversou sobre a data com seus alunos, sobre a importância de Zumbi, entre outros aspectos. Particularmente, na sala de aula que trabalhei conversei com os educandos, abri espaço para reflexão a partir de textos e de um livro intitulado “De onde você veio?”. Até o momento, não se foi discutido como será trabalhado esse dia na nossa escola. (Professora 5)

Ao analisar essas respostas constatei na fala de todas as professoras que o Dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra não foi enfatizado na escola como um projeto ou como um trabalho interdisciplinar, afirmaram apenas que cada

professor trabalhou de forma individual na sua sala de aula e que o diretor e coordenador pedagógico não interviam na colaboração e elaboração dessas aulas, referente a essa data, que é também considerada data comemorativa e, muitas vezes para a escola, tanto faz se os professores trabalharem e/ou não essa temática.

Compreendemos que a escola tem certo bloqueio para trabalhar essa temática, pois como foi constatado não houve nenhuma preocupação com o desenvolvimento da aula por cada professor. E é importante ressaltar que ainda não foi pensado como avançar, não ficando apenas na comemoração. Nesse sentido, Arruda afirma que:

[...] – como determina a Lei 10.639/2003 – que define o dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra, ou 13 de maio, como acontece no Recôncavo Bahiano, na Cidade de Santo Amaro, desde o ano de 1889 – um ano após a libertação dos escravos, onde se comemora a Festa do BEMBÉ [...] um diminutivo da palavra CANDOMBLÉ. É muito importante. Do ponto de vista religioso e pedagógico. Pois são momentos de reviver uma cultura milenar da África Mãe (2006, p. 31).

O autor destaca a importância de serem trabalhadas essas datas como forma de lembrar os momentos importantes que fazem parte da nossa história e como momentos significativos para a compreensão da religiosidade. É importante que os alunos conheçam a história de Zumbi, como enfatiza Arruda:

Que possamos pensar no herói Zumbi que lutou pela liberdade – até às cinco horas da manhã do dia 20 de novembro de 1695. Esta data é, por isso, reconhecida pela nação brasileira como Dia nacional da Consciência Negra. (2006, p. 32).

Finalizando o questionário foi colocado para as professoras Sabendo da grande e diversa mestiçagem que compõem o Brasil e tendo na sala de aula alunos com diferentes cores e culturas, como trabalham a questão da diversidade brasileira? As professoras responderam:

Para que os meus alunos tenham um bom conhecimento sobre a diversidade brasileira, eu costumo realizar debates, pesquisas, entrevistas, assistir filmes etc., pois desta forma estes alunos irão se tornar pessoas

mais conscientes capazes de respeitar e valorizar essas diferenças. (Professora 1)

No nosso cotidiano é preciso incorporar o discurso das diferenças, possibilitando desde cedo o enfrentamento de práticas de racismo e outros preconceitos para a construção de posturas mais abertas às diferenças, construindo assim uma sociedade mais plural. (Professora 2)

Trabalho de forma a valorizar as contribuições que cada cultura apresenta e mostrando um pouco da história que cada povo traz no decorrer do tempo e que é preciso valorizar e respeitar a diversidade existente em cada povo. (Professora 3)

Usando metodologias como: contação de histórias, músicas e atividades com dinâmicas e brincadeiras que levam os alunos a se situarem no seu grupo social como indivíduo relevante para a contribuição desse grupo, aprendendo valores como respeito, amizade e amor ao próximo. (Professora 4)

Busco valorizar cada educando enfatizando suas características boas independentemente da sua cor da pele. Como já mencionei anteriormente, pesquiso e levo textos que deem espaço para uma discussão sobre o valor da vida humana. (Professora 5)

Analisando as falas das professoras constatamos contradições com relação às questões anteriores. Ora destacam “não” trabalhar conteúdos pertinentes à temática, ora apontam que adotam metodologias sobre o tema. As respostas a esta questão denotam o quanto o tema é negligenciado e condicionam suas ações. Professora 1, identifica a mestiçagem que forma o Brasil e que procura trabalhar de maneira diversificada com os alunos, levando-os a perceber que existe uma diferenciação entre todos nós.

A Professora 2, diz que procura desde cedo promover debates para mostrar que todos somos, diferentes e, que essa diferença faz parte do nosso país multi e pluricultural, objetivando promover um discurso plural. A Professora 3, destaca a contribuição que cada povo tem para com a formação brasileira, e que, portanto, todos nós precisamos de respeito, independentemente da nossa cor. Professora 4 enfatiza que trabalha de forma dinâmica para que o aluno possa perceber a diferença de povos que existe no nosso país e que essa diferença merece respeito e a Professora 5, aponta para uma discussão valorizando cada aluno, mostrando que todos somos iguais. Como afirma Moreira e Candau 2003 (apud CANDAU, 2010 p. 16), que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a

homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença a para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (2010, p. 16).

Tendo em vista a grande diversidade de povos e culturas que faz parte do nosso país, os professores precisam intensificar essa discussão e debates na sala de aula, para um aprendizado significativo, levando os alunos a compreenderem que o Brasil é um país multi e pluricultural.

Diante disso, é importante salientar que essa temática por muito tempo não foi discutido no meio educativo, e que com a implementação da Lei 10.639/2003 também não é, apesar de sua obrigatoriedade o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira de modo a levar para a sala de aula a oportunidade de todos conhecerem a cultura africana e afrodescendente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de História da África enfatizado na sala de aula deve levar o aluno a compreender valores africanos que ainda não foram trazidos para o âmbito escolar. Uma história que seja capaz de desmistificar preconceitos e a desvalorização dos sujeitos. Assim, o ensino deve ser capaz de valorizar o negro em diferentes vertentes, que não a conhecemos. Este deve ser capaz de fazer com que o próprio negro se auto valorize, identificando como negro, rompendo o olhar racista que muitos têm. Para isso é preciso desenvolver nas escolas um ensino que leve o aluno a compreender valores africanos para a formação da sua identidade e reconhecimento de nossas heranças afrodescendentes.

Entende-se tomada de consciência não é só para os de cor negra, mas para todos os cidadãos brasileiros. O negro contribuiu significativamente e decisivamente para a construção do país, em diferentes aspectos sejam eles econômicos, culturais, históricos e sociais. O preconceito foi forte, levando muitos negros a não se reconhecerem como negro, perdendo a sua própria identificação.

Pesquisar sobre esse tema foi muito importante, para compreender e desvelar como o mesmo vem sendo incorporado aos conteúdos em sala de aula, sendo necessário para aprimorar a minha formação inicial como Pedagoga. Foi importante conhecer, através das pesquisas bibliográficas, as histórias de lutas, resistência e a contribuição dos negros na construção do nosso país. Para a objetivação dessa valorização a escola deveria fazer mudanças em suas práticas pedagógicas, para a formação de novos conceitos, quebrando estereótipos que alguns professores ainda preservam e procure resgatar, esclarecer e refletir a nossa história.

A pesquisa trouxe contribuições significativas para o meu processo de formação, pude perceber através do contato com as professoras pesquisadas que o ensino de História da África não está sendo trabalhado na sala de aula, assim como propõe a Lei 10.639/03, para que possa levar os alunos a compreenderem a história e cultura africana e afrobrasileira.

Podemos também constatar com as respostas do questionário que as professoras ainda têm muita resistência para introduzir uma discussão sobre o tema, bem como, falta formação continuada que tenha como eixo norteador políticas de afirmação, como a Lei 10. 639/03. Assim a escola reforça uma educação preconceituosa “silenciosa”. Por fim, percebemos a razão da necessidade da escola

quebrar as barreiras preconceituosas que a cerca e trabalhar um Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para a compreensão de valores africanos, e a partir da compreensão destes a sociedade possa ter mudança de atitudes para com os negros, respeitando os princípios de igualdade e equidade.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: \_\_\_\_\_. **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

ARRUDA, Jorge. **Educando pela diversidade afro-brasileira e africana**. João Pessoa, PB: Dinâmica, 2006.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009. 188p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL (1996). Lei 9.394, de 24/12/1996: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Ensino. **História e cultura afro brasileira: história da África, visão geral**. Disponível em. < <http://www.institutoibe.com.br/arquivos/tk-50ceffd76b20a.pdf> >. Acesso em: 28 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVERIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do ipê, 2006.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

GUARNIERI, Maria Regina. O início na carreira docente: pistas para o estudo do trabalho do professor. In: MARIN, Alda Junqueira *et al.* **Situações didáticas**. 1ª ed. Araraquara: JM Editora, 2003, 280p.

JESUS, Regina de Fátima. Sobre alguns caminhos trilhados... ou mares navegados... Hoje, sou professora. In: VASCONCELOS, Geni Amélia Nader. **Como me fiz professora**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIMA, Maria Nazaré Mota. **Escola Plural: a diversidade está na sala**: formação de professoras em história e cultura afro-brasileira e africana. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.

MATTOS, Hebe *et al.* Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira. In: FUNES, Eurípedes *et al.* **África, Brasil, Portugal**: História e ensino de história. Fortaleza: Editora da UFC; Expressão Gráfica e Editora, 2010.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. Tensões identitárias e reconfiguração do passado histórico na prática das Leis 10.639/03 e 11.645/08. In: FUNES, Eurípedes *et al.* **África, Brasil, Portugal**: história e ensino de história. Fortaleza: Editora da UFC; Expressão Gráfica e Editora, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2<sup>a</sup>.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SCHLEUMER, Fabiana. A África e o ensino de história da África: desafios e contribuições. In: ZYCH, Anizia Costa *et al.* **Diversidade no ensino**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

TARDIF, Maurice. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Saberes docentes e formação profissional**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

# APÊNDICE



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ORIENTADORA: EDINAURA ALMEIDA DE ARAÚJO

ORIENTANDA: ANA CLÁUDIA DE SOUSA LINS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezadas Professoras,

Sendo aluna do Curso de Pedagogia da UFCG, estou realizando a pesquisa de campo do projeto monográfico que tem como título “O Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o dito e o realizado no cotidiano escolar”. O estudo direcionado a esta temática têm o intuito de analisar o ensino da História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como instrumento de formação e valorização dos afrodescendentes. Desta forma, solicito a sua colaboração na realização desta pesquisa, concedendo-me a sua permissão para poder aplicar um questionário referente à pesquisa acima mencionada com a sua autorização de poder utilizar suas respostas ou parte delas referente ao questionário em anexo. Esta pesquisa não lhe trará custos nem riscos assim como todas as informações serão mantidas no mais absoluto sigilo, quanto ao anonimato e confidencialismo de seus participantes, na forma que o pesquisado escolherá seu pseudônimo para ser protegido a partir das suas informações prestadas no texto da monografia. Assim como vos informo também que antes de finalizar a pesquisa você poderá se retirar a qualquer momento que desejar.

Espero contar com o seu apoio para preenchimento deste questionário, que tem como principal objetivo a realização de um trabalho acadêmico. Antecipadamente agradeço a sua colaboração.

Cajazeiras/PB \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

Cachoeira dos Índios/PB \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

Assinatura da Pesquisadora: \_\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisada: \_\_\_\_\_



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



## QUESTIONÁRIO

Para obter opiniões dos educadores, faz-se necessário elencar alguns questionamentos que será lhes apresentado através de questionário, sobre o Ensino de História da África nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino e Infantil e Fundamental João Izidro de Sousa, localizada no Distrito de Tambor, Zona Rural do Município de Cachoeira dos Índios-Paraíba.

Dados pessoais:

Sexo:  Feminino  Masculino

### 1. Faixa Etária

- Entre 20 a 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Entre 41 a 45 anos
- Entre 51 a 55 anos

### 2. Formação Acadêmica

Graduação em: \_\_\_\_\_

Especialização em: \_\_\_\_\_

Mestrado em: \_\_\_\_\_

Doutorado em: \_\_\_\_\_

### 3. Experiência no magistério

Tempo que Leciona: \_\_\_\_\_

4. Que livro didático da disciplina de História você utiliza? Neste livro apresenta temas relacionados ao ensino de História da África? Como você trabalha esses temas?
5. De que forma você educador (a) enfatiza em suas práticas pedagógicas o Ensino de História da África?
6. Como você compreende a Lei 10.639/03?
7. Qual a importância desse ensino de história da África na sala de aula?
8. Que valores africanos são discutidos no âmbito escolar? E esses valores trabalhados na sala de aula são significativos para a formação da identidade negra de seus alunos afrodescendentes?
9. Já vivenciou na sala de aula características e/ou situações de preconceito racial? O que fez para resolver essa situação?
10. A escola e/ou você desenvolve ou desenvolveu projetos voltados as temáticas Afro? Quais?  
.
11. De que forma o Dia 20 de novembro, reconhecido e incluído na Lei 10.639 de 2003 como Dia Nacional da Consciência Negra elencando a história do grande Zumbi foi trabalhado em 2014 na escola onde você trabalha? E que propostas estão sendo pensadas para ser trabalhadas neste ano?  
.
12. Sabendo da grande e diversa mestiçagem que compõe o Brasil e tendo assim na sala de aula alunos com diferentes cores e culturas. Dessa forma como você trabalha com seus alunos essa diversidade brasileira?